

## SAÚDE MENSTRUAL: DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Yara Fernandes Ribeiro, Clara Campos Figuerêdo, Jordana Moura Pelegrine, Steffanny Gonçalves Mendes, Renatha Cândida da Cruz

PIBIC-EM/PIBIC/PIBITI  
Câmpus Uruaçu

\* [yaraf13@outlook.com](mailto:yaraf13@outlook.com), [camposfigueredos@gmail.com](mailto:camposfigueredos@gmail.com), [pelegrinefp@hotmail.com](mailto:pelegrinefp@hotmail.com), [steffannymendes5@gmail.com](mailto:steffannymendes5@gmail.com),  
[renatha.cruz@ifg.edu.br](mailto:renatha.cruz@ifg.edu.br)

**Palavras Chave:** Pobreza menstrual; Saúde da mulher; direitos; políticas públicas.

### Introdução

Este trabalho visa lançar luz sobre dimensões de uma das consequências dessas opressões, a pobreza menstrual, bem como apontar caminhos e iniciativas voltadas à reparação social e ao acesso à saúde individual e coletiva da mulher em situação de pobreza, com ênfase nos municípios do Norte e Nordeste do Estado de Goiás. A fim de compreender essa realidade, realizou-se um questionário aplicado a pessoas do sexo feminino residentes em Aparecida de Goiânia e Goiânia (GO), entre dezembro de 2021 e maio de 2022. Os resultados subsidiam debates acerca da promoção da saúde menstrual no território goiano e problematizam a necessidade de políticas públicas efetivas ao combate das distorções e desigualdades relativas ao tema.

### Metodologia

A pesquisa seguiu com um estudo longitudinal consistiram na: a) elaboração de questionários em que se investigou as condições socioeconômicas das participantes, das condições dos domicílios, do acesso ao saneamento básico, do acesso à saúde e educação menstrual; b) aplicação dos questionários a fim de ouvir as participantes e compreender as realidades individuais e coletivas. Posteriormente à consolidação dos dados preliminares, os resultados serão apresentados às lideranças políticas a fim de demandar a aprovação e a efetivação de políticas públicas que atendam a população-alvo, a exemplo das proposições dos referidos projetos de lei.

A pesquisa foi realizada nos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia (GO), entre dezembro de 2021 e maio de 2022. Em uma posterior etapa investigativa, espera-se empenhar uma ampliação do recorte espacial da pesquisa, abrangendo as estudantes previamente definidas como público-alvo prioritário da pesquisa, além da realização de debates acerca do acesso a direitos fundamentais de indivíduos com útero a fim de colaborar, através da investigação acadêmica e científica, com a ampliação da saúde menstrual em Goiás.

### Resultados e Discussão

Durante as atividades realizadas em Aparecida de Goiânia e Goiânia, foram entrevistadas 75 pessoas do sexo feminino, majoritariamente situadas em uma

amplitude etária de 20 a 49 anos. A maioria das entrevistadas são evangélicas (44,4%) ou católicas (40,3%), além daquelas declaradamente sem religião (9,7%). Majoritariamente concluintes do ensino médio, identificou-se reduzido percentual de entrevistadas atualmente estudantes. Entre as entrevistadas, 28,9% não concluíram os estudos devido à gravidez. A maioria das entrevistadas têm entre dois e três filhos, residem em áreas rurais e residem em casas. Dentre as entrevistadas, a maioria desconhecia o significado do conceito de saúde menstrual (60%). Apesar disso, após explicações das aplicadoras, um considerável percentual de entrevistadas relatou ter conhecimento de alguém que não tem acesso a produtos que garantam a saúde íntima (71%). Questionadas sobre o acesso a banheiros, a maioria relatou ter acesso em suas residências, local de estudo e trabalho. Apesar disso, considerável percentual afirmou não ter acesso a banheiros em locais públicos.

### Conclusões

A pesquisa realizada entre pessoas do sexo feminino na região metropolitana de Goiânia apontou para a importância da temática da privação de direitos de saúde menstrual a um considerável percentual de entrevistadas, englobando o acesso à água, a absorventes íntimos, ao banheiro em áreas públicas e a produtos como sabonete.

Na próxima etapa da pesquisa, a investigação acontecerá em grupos prioritários da educação básica situados em áreas distanciadas da região metropolitana goiana, com alta vulnerabilidade social, entre a população quilombola e residentes de áreas rurais.

### Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao IFG pelo fomento das bolsas de pesquisa que possibilitaram a realização desta pesquisa.

### Referência Bibliográfica

SANTOS, Caroline Costa Moraes dos. Pobreza Menstrual No Brasil - Desigualdades e Violações De Direitos. UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual-relatorio-unicef-unfpa-maio2021.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.